Ações Afirmativas: protagonismo e força simbólica[1]

Zilda Martins Barbosa[2]

Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Rio de Janeiro, RJ

Resumo

A proposta deste artigo é refletir sobre as políticas públicas de ações afirmativas em um Estado de crises, trazendo ao debate a importância da medida para a sociedade brasileira, secularmente em débito com as populações afrodescendentes. Trabalha com o conceito de cidadania, a importância e a fragilidade de ser cidadão, de acordo com o sistema de governo. Traz autores como Milton Santos e Muniz Sodré, e entrevista quatro pesquisadores sobre as políticas de ações afirmativas. A questão apresentada é saber qual a relação da campanha abolicionista com as ações afirmativas, num diálogo histórico.

Palavras-chave: ações afirmativas; cidadania; crise política; universidade, intelectuais negros.

Introdução

As ações afirmativas podem ser consideradas um marco das políticas públicas brasileiras para os afrodescendentes no século XXI. O que representam de especial? Ao primeiro olhar sobre a história do país, as ações afirmativas podem ser vistas como medidas tímidas. Contudo, sua prática nas melhores universidades do país trazem um potencial transformador, por meio da formação de novos intelectuais negros e novas condições de possibilidades às gerações futuras. Estão garantidas? Em termos de legislação, sim, mas diante de uma agenda neoliberal, em que para o capital tudo é possível e a Constituição é facilmente modificada, rompendo com direitos sociais básicos, o movimento de emancipação social no país torna-se frágil.

Neste trabalho pretendemos discutir o conceito de cidadania, as novas ferramentas de lutas para tornar um sujeito historicamente considerado não-sujeito em cidadão pleno, sob o olhar de dois teóricos negros, Milton Santos e Muniz Sodré. O

[1] Trabalho apresentado no GP Comunicação para a Cidadania da Divisão Temática 7 – Comunicação, Espaço e Cidadania, no 40º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

Parte deste trabalho compõe a tese da autora, intitulada "Cotas raciais: Para reatualizar o discurso da imprensa e inverter a abolição da escravatura," orientada pelo professor Muniz Sodré.

[2] Doutora em Comunicação e Cultura pela ECO/UFRJ, e-mail – zildamarti@yahoo.com.br

debate acerca do "ser cidadão" é tensionado com o momento político do Brasil, trazendo para o debate as ações afirmativas e o que as medidas representam para a sociedade brasileira, tendo como pano de fundo uma República em crise e um slogan de reação popular. É possível sobrevier à crise política? é a pergunta básica que se faz.

O segundo item desse trabalho é uma entrevista com quatro pesquisadores de diferentes campos do conhecimento, com o fim de ouvir a resposta acerca de uma única questão. Podemos afirmar que as ações afirmativas representam uma nova Campanha Abolicionista? O objetivo é possibilitar um diálogo com dois momentos históricos diferentes, numa tentativa de contextualizar o afrodescendente no Brasil. A autora tentou entrevistar intelectuais das duas correntes de pensamento (contrários e favoráveis às cotas), embora não fosse esse o objetivo, tendo recebido a negativa daqueles que ficaram conhecidos na mídia como os contrários às cotas. Das entrevistas realizadas, as respostas evidenciam semelhanças, mas também diferença fundamental, qual seja, o afrodescendente das ações afirmativas são sujeitos concretos, enquanto na Campanha Abolicionista, o interesse era do Estado.

Por fim, as considerações se centram nas ações afirmativas, no sentido de ressaltar a importância da medida pelo que representam em termos reais e simbólicos, mesmo diante da realidade de oscilações políticas de um Estado neoliberal que estabelece alianças duvidosas e mexe na Constituição, desrespeitando direitos. Reflete sobre o que as medidas podem trazer para as novas gerações de jovens negros no Brasil e a importância de estarem nos centros de formação mais importantes do país, as universidades e institutos públicos federais. Cita a Portaria Normativa do Ministério da Educação sobre as ações afirmativas nos Programas de Pós-graduação das universidades, nos cursos de Mestrado, Mestrado Profissional e Doutorado.

1. Cidadania para além da crise política?

A etimologia da palavra cidadania vem do latim e significa *civitas*, que quer dizer cidade. A ideia de cidadania tem origem em diversos períodos e lugares, como nas antigas Grécia – dizia respeito a quem era nascido em terras gregas – e Roma – designava a situação política de uma pessoa e os direitos que possuía ou que podia exercer. A cidadania moderna, segundo dicionário do Pensamento Social do Século XX, apesar de sofrer influência da origem da palavra, divide-se em dois conceitos. A

"cidadania formal" e a "cidadania substantiva." No primeiro caso significa o pertencimento como membro de um estado-nação e no segundo, diz respeito à relação com as esferas civis, políticas e sociais.

> Na Europa Ocidental depois de 45, foi o aumento dos direitos sociais – a criação de um ESATADO DE BEM-ESTAR – que produziu as maiores mudanças, estabelecendo princípios mais coletivistas e igualitários, e políticas que contrabalançavam, em certa medida, as tendências não igualitárias da economia capitalista. (HEERTJE, 1996, p. 73).

A cidadania, contudo, varia dependendo do sistema de governo, como em sistemas comunistas em que são proporcionados amplos direitos sociais ou nas ditaduras militares, em que são reduzidos os direitos políticos e civis. Ou seja, a variante ocorre tanto no âmbito dos direitos como dos deveres. Como se pode perceber existe uma constante ameaça à condição de cidadão, sujeito à alterações políticas.

Convidado para conferência, o geógrafo brasileiro, Milton Santos, abre o encontro dizendo que aquela não seria uma conferência, mas uma conversa sem plano e de perguntas. Começa questionando "o que é ser um cidadão", "o que é ser um indivíduo completo", um indivíduo forte e ainda se ser classe média no Brasil significaria ser cidadão. Em seguida, ele mesmo responde, dizendo que para ser cidadão o sujeito tem que ser como o estado, "ser um indivíduo dotado de direitos que lhe permitem não só se defrontar com o estado, mas afrontar o estado. O cidadão seria tão forte quanto o estado" (SANTOS, 1996/1997, p. 133), acrescenta, afirmando que "o indivíduo completo é aquele que tem a capacidade de entender o mundo, a sua situação no mundo e que, se ainda não é cidadão, sabe o que poderiam ser os seus direitos." (SANTOS, 1996/1997, p. 133).

Nada mais atual do que os questionamentos de Milton Santos. Se na concepção do intelectual, a cidadania no Brasil dito democrático já estava sob suspeita, na República das crises, o cenário é ainda pior, provocando reação. "Nenhum direito a menos, nenhum passo atrás", dizem ativistas de movimentos sociais, diante da crise política instaurada no Brasil após a ocupação do poder, caracterizado por um golpe de Estado, fortemente ameaçador às conquistas sociais até há pouco tempo garantidas.

A luta é árdua, principalmente diante de um Estado comprometido com as políticas neoliberais. Michael Lowy (2016) observa que o Estado de exceção tem sido a regra em nível mundial. Ressalta que a democracia atrapalha o capital financeiro, dificultando a política capitalista. Logo, nessa esfera de disputa, reduz-se a democracia,

independentemente das armas, como o método de golpe de Estado. Para o sociólogo (2016), o que aconteceu no Brasil, a partir da destituição da presidenta Dilma Rousseff, seguida da posse do vice, foi um golpe de Estado. Lowy (2016) explica que se tratou de um golpe de Estado "pseudolegal," "constitucional", "institucional", "parlamentar" ou qualquer outra denominação que se queira dar, mas não tem como negar que, de fato, foi um golpe de Estado.

Consolidado o golpe, sofre a jovem democracia e nesse contexto a frase de efeito acima revela resistência, ou existência, como preferem alguns. De fato, diante das perdas de direitos sociais, articuladas pelo governo ilegítimo em aliança entre a justiça, o Congresso e a mídia, a urgência não é mais por reivindicação de direitos, mas por manutenção das conquistas obtidas até o momento. As ações afirmativas são exemplos de luta e de conquistas que não comportam retrocesso, embora nesse cenário de incertezas nada seja garantido. Implantadas sob fortes protestos midiáticos, de caráter maniqueísta, despertaram o debate na sociedade acerca da violência e do racismo contra a população negra no Brasil.

As políticas públicas de inclusão, embora adotadas recentemente do ponto de vista histórico, já mudaram o imaginário social e, mesmo sendo medidas tímidas, trouxeram para o centro do debate as relações raciais, um tema tabu, secularmente apartado das esferas de discussão e do real. Como observa Franzt Fanon, é a consciência racial que devolve ao "homem colonizado" e "quase branco", enquanto impregnado da ideologia de dominação branca, o sujeito político. Um novo sujeito capaz de compreender e enfrentar a patologia social, provocada pela colonização e estar aberto à novas relações. Para Fanon (2008), "é através de uma tentativa de retomada de si e de despojamento, é pela tensão permanente de sua liberdade que os homens podem criar as condições de existência ideais em um mundo humano." (FANON, 2008, p. 191). A humanidade da qual se refere o autor (2008) está na coexistência da diversidade, em um mundo em que o *um* não precisa construir o *outro* para se auto afirmar, mas ambos partilham de experiências comuns.

Tal experiência do comum pode se dar na universidade, já que não ocorreu com a abolição da escravidão. Naquele sistema de governo, cuja Campanha Abolicionista foi intensa, a luta pelo fim da escravidão não tinha o homem escravizado como sujeito, mas o próprio Estado, que desejava entrar para a modernidade, já em curso na Europa. Na República formalmente livre do sistema escravista, sobreviveu um sistema de amarras

simbólico e moral que vem se prolongando por mais de um século. Em meio à opressão do apagamento e da periferização impostos aos afrodescendentes, emerge a política de ações afirmativas, tornada lei em 2012.[3] É o resultado de antiga luta dos movimentos negros por reconhecimento, educação e combate ao racismo. Cinco anos após a Lei, e 14 desde a implantação, um novo cenário surge na sociedade e promete interferir no *ethos* social brasileiro, formando sujeitos livres formal e organicamente. Com as ações afirmativas, o indivíduo concreto é contemplado. Ele passa de objeto a sujeito ou protagonista, ele próprio.

A nova geração de estudantes negros, cotistas, traz à tona uma consciência racial que não se cala, mas deseja e busca a efetivação do direito à cidadania. Uma cidadania política, como sugerem Milton Santos (1996/1997) e Sodré (2000, 2014). Para este autor (2000, 2014), a cidadania plena passa pela lógica de ocupação para além da "isonomia" – direito formal. Não bastam os direitos formais, é preciso conquistar a "isotopia" – direito ao lugar, e ainda a "isogoria" – direito ao discurso. Logo, podemos afirmar que as ações afirmativas são práticas de cidadania, porque contém os três *isos*. Podem ainda não ser capazes de formar "cidadãos completos", como diria Milton Santos (1996/1997), mas conduzem os alunos negros a tomarem consciência do mundo e dos seus direitos.

2. Cotas: uma política ainda tímida

As cotas representam uma nova Campanha abolicionista? A questão foi feita em diferentes datas de 2015, a quatro pesquisadores, cujas respostas foram unânimes. "Sim". Cada um traz uma justificativa distinta para a afirmativa, mas, na realidade, elas se complementam. "É, pode, pode-se dizer que sim, na medida em que há uma espécie de sangue correndo aí." (PAIVA, 2015). Raquel Paiva ressalta que uma parcela representativa da população que se colocou contrária às cotas, e acabou provocando ainda mais o debate favorável à medida, também tem sangue de antepassados escravizados correndo nas veias.

[3] Lei 12.711/2012, sancionada em agosto de 2012, garante a reserva de 50% das vagas de universidades e institutos federais de ensino a alunos oriundos do ensino médio público. A lei foi regulamentada pelo Decreto 7.824/2012, que define as condições de reservas de vagas. Há também a Portaria Normativa nº 18/2012, que estabelece os conceitos básicos para aplicação da lei, prevê as modalidades das reservas, as condições e sistemáticas para concorrer e preencher às vagas. Ver: http://portal.mec.gov.br/cotas/perguntas-frequentes.html. Consulta: 06/07/2017.

Fazendo analogia com o século XIX, a sociedade lá e cá negava a existência do negro. Naquela época, se usava a estratégia de exnominação. Ou seja, não se falava o nome do africano escravizado, mas se usava apelidos fortemente negativos. No XXI, não se assume a existência do racismo, logo nega-se qualquer medida de reparação, porque na esteira de tais argumentos, se não há racismo, não há o que superar, nem reparar, portanto, nada de mudança. "Eu acho que o Brasil não está preparado para conviver com os negros, com 'o pretinho, filho da empregada', sentado ao lado, estudando, discutindo, pensando junto. O país é muito racista. Além de não estar preparado, não quer perder privilégios." (PAIVA, 2015). Nesse sentido, as cotas acabaram sendo uma forma de enfrentamento da realidade racista. "Eu não acho nada demais as cotas, é obrigação. As cotas devem existir. Penso que só não pode ser uma política permanente, porque vai se tornar benefício, como pensão, mas as cotas são fundamentais." (PAIVA, 2015).

Joel Rufino dos Santos também passeia pelos dois períodos históricos. "Eu não gosto muito dessas comparações, mas é, pode-se dizer que sim." (SANTOS, 2015). O historiador explica que o problema de se comparar algo é que, às vezes, a pessoa acaba subtraindo os contextos e o contexto da abolição foi diferente. Contudo, diz, "esse sistema de cotas, das ações afirmativas, são uma coisa poderosa, igualmente poderosa." (Idem). Na opinião do pesquisador, o Brasil está se tornando melhor com o sistema de cotas. Segundo Joel Rufino, além dos números que são positivos, porque indicam que, estatisticamente, deu certo, esse sistema fez bem para o país. Explica: "O país se tornou mais humano, menos feio. Ficou mais bonito, com mais negros por aí. Na verdade, dá para comparar o sistema de cotas com a Campanha abolicionista." (SANTOS, 2015).

O historiador (2015) observa que a Campanha abolicionista foi um movimento de massa, embora a história oficial tivesse guardado só os nomes midiáticos, dentre eles, Rui Barbosa, José do Patrocínio, Joaquim Nabuco. Naquela ocasião, complementa, havia os moderados e os radicais, como Raul Pompeia e Luiz Gama. "Eles estavam na extrema esquerda. Não quer dizer que fosse absolutamente certo, porque no meio da conjuntura mudam os políticos, os partidos, mas eram o que hoje representa aí o PSOL" (SANTOS, 2015). Joel Rufino diz ainda que o papel destes abolicionistas era lutar sempre pela esquerda. "Eles partiram para a ação, com fuga, execução de torturadores, espancadores de escravos. Então, a abolição foi muito bonita, o efeito social é que foi

abafado pelo sistema que a gente tinha naquele momento, que era ainda um sistema rural, escravista." (SANTOS, 2015).

Para Joel Rufino, o sistema se livrou do escravismo, mas continuou rural, de exportação, portanto o que tinha que se fazer em complemento a abolição não se pode fazer, ficou inacabado. "Pensando por aí, eu posso dizer que a abolição foi uma derrota política. Embora fosse festejada, muito bom para alma dos brasileiros, mas foi uma derrota política, enquanto o sistema de cotas parece bem vitorioso." (SANTOS, 2015). E complementa: "A abolição não foi para o negro, o sistema de cotas é para o negro." (Idem).

Também na opinião do professor José Ribamar Bessa Freire, as cotas complementam a Campanha abolicionista, considerando a possibilidade de que os alunos venham a enegrecer os currículos das universidades. "Nesse sentido, sim, acho que a gente pode falar de campanha de abolição." (FREIRE, 2015). O pesquisador questiona o descompromisso da universidade com as culturas locais: "Que história eles vão aprender nas nossas universidades?" (Idem), ressalta. Mas reconhece que há um forte potencial na medida. "No terreno, digamos, dessa cultura escolar formal, eu acho extremamente importante que eles venham, desde que consigam empretecer o currículo, para não entrar nesses cursos e embranquecer com currículos existentes." (FREIRE, 2015). Para Ribamar Bessa, o brasileiro desconhece o próprio Brasil. "Eu acho que nós desconhecemos, não fizemos um inventário acabado da contribuição para a brasilidade das culturas africanas e indígenas. A gente apagou isso." (FREIRE, 2015). Um dos responsáveis por esse apagamento, diz, é a própria escola.

Para ilustrar tal afirmativa, Ribamar Bessa conta um mito andino sobre a origem da escola, narrado pelo antropólogo Alejandro Ortiz, professor da Universidade de São Marcos. Diz que o mito foi relatado originalmente na língua *chechua* por um índio da região de Andamarca, em Ayacucho, Peru.[4] Resumidamente, trata-se da história de dois irmãos, o Inka e o Sucristo, um sábio, casado com *Mama Pacha* – Mãe Terra, e o outro, mais novo, ciumento e invejoso. Sucristo fez tudo para ver Inka agonizando. Em seguida, feriu *Mama Pacha* de morte e construiu uma igreja. Contente e comemorando a morte de Inka, *Ñaupa Machu*, a escola, viu os dois filhos do casal, que procuravam pelos país. Ela os seduziu, alegando que iria mostrar onde estavam seus país. Mas o que

[4] A narrativa pode ser encontrada no artigo "A representação da escola em um mito indígena", de José Ribamar Bessa Freire, publicado na Revista Teias – Faculdade de Educação – UERJ, n. 3 (junho 2001), pp. 113-120.

a escola queria mesmo era comê-los, devorá-los, daí inventou mentiras, mostrando escritos. As crianças, desconfiadas e com medo, saíram correndo e fugiram da escola. O episódio narrado pelo mito mostra, segundo Ribamar Bessa, que a escola apaga a memória, dissemina a mentira, a desconfiança, o medo.

> Ela enganou a você, enganou a mim, continua enganando a milhões de brasileiros. A escola apaga, joga para escanteio as matrizes africanas, as matrizes indígenas, e eu queria ter o mesmo orgulho das matrizes afro, das matrizes indígenas da mesma maneira que tenho das matrizes europeias, porque isso faz parte da história. (FREIRE, 2015).

Uma das formas de tentar reverter esse apagamento existente na escola seria a aplicação, de fato, da Lei 11.645/2008, que regulamenta a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afro-brasileira e indígena nas redes de ensino público e privado. Mas não basta uma frente. A sociedade civil teria que incorporar os debates e cobrar uma efetiva mudança nas práticas políticas do país. A lei acima foi implantada, é fato, mas faltam material didático e preparação do corpo docente para uma real implantação da medida. O que aponta como uma condição de possibilidade é que o debate político, a pressão por mudanças e os novos formandos e formandas, oriundos das ações afirmativas, possam indicar um futuro diferente.

Se as cotas têm o potencial de uma nova Campanha abolicionista? O antropólogo Eduardo Viveiros de Castro responde: “Em um certo sentido, sim. Eu diria mais, é uma nova Campanha que se trata de recolocar o fato da existência de negros no Brasil.” (VIVEIROS DE CASTRO, 2015). Viveiros de Castro critica a visão do país sobre si mesmo, que tem maioria da população identificada como negra, tem índios, ou seja, é uma população composta de não brancos, não europeia, mas que se pensa, oficialmente, como país europeu. Segundo o pesquisador, o grande choque da classe média, média alta, é quando o sujeito descobre, em viagem pela Europa ou Estados Unidos, que não é branco. “Por lá, as pessoas não os tratam como brancos, não os identificam como brancos, mas de latinos, de brasileiros, de alguma coisa, desde que não igual a eles. Lá, nós somos os outros.” (VIVEIROS DE CASTRO, 2015). Na realidade, “nós continuamos sendo os outros, mesmo achando que somos brancos. Isso deveria nos servir de lição, fazer cair a ficha. Mas não, a gente continua aqui dentro fazendo papel do branco, quando lá fora, na verdade, a gente não é branco.” (VIVEIROS DE CASTRO, 2015).

A cultura eurocêntrica, além de não nos pertencer, nos torna um país pior. "O que aconteceu depois da abolição?", questiona. Lembra a pergunta de um amigo. "Você acredita que a Princesa Isabel aboliu, de fato, a escravatura? Eu não acredita, eu acho que o Brasil continua um país escravocrata, do ponto de vista mais profundo, nos mínimos detalhes é um país escravocrata." (Idem). Na opinião do antropólogo, o país tem um passivo imenso de dívida em relação à população negra. Diz que a classe dominante, que decidiu e definiu esse país, praticamente exterminou os povos que moravam aqui e que trouxe para cá à força. Observa que essa população foi desenraizada, oprimida, torturada e reprimida durante décadas, séculos.

> Essa dívida não está paga, não está sequer reconhecida. A cota é a primeira tentativa, tímida, de reconhecer e ela faz parte, no meu entender, de uma espécie de dívida natural, da Constituição Federal de 1988, que reconheceu, pela primeira vez, direitos permanentes, direitos perpétuos de índios e de quilombolas. (VIVEIROS DE CASTRO, 2015).

Logo, as cotas, na visão de Viveiros de Castro, têm uma função fundamental, que ele chama de "função diagnóstica", ou função de exposição, de mostrar como o Brasil permanece racista. Ele afirma que sempre apoiou as cotas. Apoiou nos Estados Unidos, apoia no Brasil, mas ressalta que aqui, diferente de lá, a função principal das cotas é a de "denunciar o racismo, de expor o racismo, de fazer sair do armário todo o racismo recalcado, enrustido, que existe em todos nós, não negros e negros, é fazer expor a diferença, mostrar como é difícil aceitar a existência de não brancos, não europeus no Brasil." (Idem). Além de denunciar o racismo, para Viveiros de Castro, as cotas têm uma função importante, que ele chama um trabalho de formiga, de pouco a pouco, abrir espaço à uma população classicamente excluída, majoritariamente negra, à oportunidades que só os brancos de classe média, média alta têm. Desse modo, mesmo que seja uma medida ainda bastante tímida, observa que as cotas estão se mostrando eficazes.

> As pessoas que entram pelo sistema de cotas estão tendo um rendimento acadêmico muito bom. Ainda que rendimento acadêmico hoje no Brasil não signifique grandes coisas, infelizmente. A gente sabe como funciona, mas não por causa dos negros, não por causa das cotas, e sim porque a universidade, ela própria, está se deteriorando, é a minha impressão. Ainda assim, é impossível ser contra as cotas. (VIVEIROS DE CASTRO, 2015).

Já para Raquel Paiva, a universidade tem um bom trabalho. "A universidade tem uma produção cada vez melhor, cada vez mais ampla, cada vez mais intensa." (PAIVA, 2015). A pesquisadora observa que começa a haver um preconceito contra a universidade pública, por parte da classe média alta, como um dos efeitos das cotas, uma espécie de rejeição à universidade pública, uma opção pelo ensino privado. "Eu já escuto várias falas de pessoas que dizem: não, eu não vou fazer federal, vou fazer particular. Na visão dessas pessoas, o ensino piorou, a qualidade decaiu e acho que um dos motivos são as cotas." (PAIVA, 2015). De acordo com Raquel Paiva, tal reação demonstra a profundidade do racismo. Considera difícil mudar a cabeça das pessoas, mas acredita que as cotas possam, no futuro, mudar essa realidade.

Questionada sobre o bloco de resistência às cotas, saído principalmente da academia, com o engajamento de alguns intelectuais que se dispuseram a fazer, inclusive manifesto contrário, Raquel Paiva considera a universidade um lugar mesmo de debate. Ou seja, o fato de pertencerem à academia não é visto como um problema, não causa estranhamento mas, sim, a forte reação contrária, que expressa o racismo. A pesquisadora afirma que o acesso generalizado a partir das cotas tem incomodado as pessoas. Diz que muitos aceitavam bem a convivência com o negro, chamado, às vezes, de "pretinho bonzinho, esforçado," enquanto filho da empregada, ou mesmo enquanto empregada. Na universidade, não.

> Há poucos dias, li alguém falando sobre as empregadas domésticas. É um absurdo isso no Brasil. Mostra que ainda se vive uma relação de escravagismo. Um dos motivos pelo qual essa classe média brasileira está revoltada é porque perdeu a sua empregada, totalmente explorada, que nunca teve vida, a não ser cuidar dos patrões. Isso é uma manutenção da estrutura do Império, e a revolta é porque as pessoas estão perdendo. E vão perder mesmo, porque em nenhum lugar tem isso. Você que faça suas coisas, que limpe suas coisas, e que a empregada vá para a escola, sim, porque ela não nasceu com essa marca. Não é porque ela é preta, que é empregada. (PAIVA, 2015).

O grito da classe média, de acordo com a pesquisadora, revela a perversidade da estrutura brasileira. Um país visto sem gueto, sem segregacionismo, onde vivem todos muito bem. Contudo, ressalta: "É só aparência. O triste disso é que a gente vê a discriminação do nosso lado, em toda parte. Essa é, a meu ver, a perversidade." (PAIVA, 2015).

Na opinião de Eduardo Viveiros de Castro, a forte reação negativa da intelectualidade às cotas, se deve, primeiro, ao fato de que esta é majoritariamente

branca, de classe média. Segundo, porque a intelectualidade classicamente, sempre foi uma linha auxiliar da classe dominante senhorial. "Isso é o Bourdieu que fala, eu não sou especialmente fã de Bourdieu, mas acho que ele tem razão quando diz que 'o intelectual é a fração dominada da classe dominante.'" (VIVEIROS DE CASTRO, (2015). Viveiros de Castro assinala que existe um componente aristocrático, no mal sentido da palavra, entre os intelectuais, que se sentem superiores ao resto do povo, inclusive aos seus patrões que os pagam.

> Eles se acham dotados de um carisma especial por conhecerem coisas que outros não conhecem, como línguas, teorias, filosofias ou coisa parecida, o que os faz imaginar que eles são uma aristocracia do espírito; e é muito interessante que a aristocracia do espírito reage com tanta recalcitrância à absorção da aristocracia do espírito de outra cor. Se a aristocracia sai do espírito, então porque não podemos ter negros e índios dentro dessa aristocracia do espírito? Sugere que ela não é tão espiritual assim. (VIVEIROS DE CASTRO, 2015).

Nesse universo de suposta superioridade, a tentativa de construção de discurso sobre a negatividade das cotas, como sendo responsáveis pelo aumento do racismo, falhou e o argumento se reverte contra aquele que fala, porque evidencia o racismo no próprio argumento. Ou seja, como afirma o antropólogo, esse argumento revela a existência de racistas e fascistas de carteirinha, que desejam o desaparecimento de negros e de índios, ou que aceitam a convivência com estes, desde que embranqueçam. "Eles podem até ser a favor das pessoas, desde que elas sejam um pouquinho mais brancas, desde que o Brasil seja um pouquinho mais europeu, um pouquinho mais francês, latino-europeu, jamais latino-americano." (VIVEIROS DE CASTRO, 2015).

José Ribamar Bessa também questiona a reação de intelectuais que se colocaram fortemente contrários às cotas. "Eu fico pensando. Li esses artigos da Ivone Maggie e de outras pessoas. Bom, tem alguns intelectuais que a gente respeita e não concorda. E tem outros, que a gente não concorda e não respeita." (FREIRE, 2015). Explica que este é o caso de alguns que se colocaram incisivamente contrários às cotas, porque estavam a serviço de uma causa, a exemplo de Demétrio Magnoli. Para o professor, as cotas não são uma discussão puramente acadêmica. As cotas são uma discussão política.

> São os negros que estão reivindicando. Eu vou dizer para eles: olha, não reivindica porque as cotas vão aumentar o racismo. O que é isso? Quem sou eu para dizer isso? Eu tenho é que ouvi-los. Eles são a favor, então estou com eles. Eu prefiro errar com os negros do que acertar com os brancos. Honestamente, porque eu acho que essa é uma questão política. (FREIRE, 2015).

Joel Rufino aponta o racismo como uma lógica formal e diz que com a lógica formal pouco se entende o funcionamento de uma sociedade. Esclarece que para compreender melhor, teria que ser, forçando um pouco a mão, uma lógica dialética, ou seja, uma lógica que levasse em conta as contradições. Segundo o historiador, "no Brasil há um certo convívio amistoso de raças, desde que cada uma fique no seu lugar. Então há uma amistosidade, ninguém quer brigar racialmente, mas, por outro lado, os casos de discriminação, de repúdio, de rejeição, de negrofobia são diários." (SANTOS, 2015).

Como se define, então, essa relação contraditória, questiona. "O que está certo, o que está errado?" O pesquisador responde, afirmando que as duas coisas são verdadeiras, e acrescenta: "

> A democracia racial é um desejo, e o racismo é uma realidade. Esses intelectuais que negam o racismo, eu conheço alguns, tenho até debatido com alguns. São pessoas de respeito, estudiosos, mas eles por qualquer motivo, só veem o desejo. Quando eles dizem, ah, no Brasil, não tem racismo, estão formulando um desejo, que é dos negros também, é de todo mundo. (SANTOS, 2015).

Joel Rufino conta que leu na epígrafe de um livro do escritor Nei Lopes, lançado recentemente, sobre uma lei dos anos 30, que trata de imigração. Observa que a lei diz explicitamente, com todas as letras e vírgulas, que o Brasil tem que incentivar a imigração de brancos e não de escuros para que, assim, vá se formando uma nacionalidade brasileira. "Ora, se por volta de 1930, nós temos um documento como esse, orientando a imigração, não há mais o que dizer." (SANTOS, 2015). O historiador acrescenta que agora, no século XXI, é possível ler as medições que se fazem no mercado do trabalho e muitas apontam o negro com o valor do trabalho reduzido a 30% do valor do salário do branco. "São fatos esses que na embriaguez do nosso desejo a gente não ver, não quer ver." (Idem).

Joel Rufino lembra que certa vez o músico Caetano Veloso disse que preferia um país que tenha vergonha de ser racista do que um país que não tenha. Justificou, esclarecendo a diferença entre desejo e realidade. Para ele, a vergonha de ser racista é a manifestação do desejo. "Isso, na verdade, revela um desejo de uma verdadeira democracia racial. Mas, a questão é que quando você passa esse fato para a política, aí vira o contrário. Deixa de ser desejo, se tenta impedir qualquer ação de combate ao racismo. Vira embate." (SANTOS, 2015). Considerando as ações afirmativas um fato

político, as tensões logo se evidenciaram e colocaram em xeque o conflito entre o "desejo" e a "realidade."

3. Considerações finais

Nessa dinâmica de busca de cidadania, "desejo" e "realidade", as políticas públicas de ações afirmativas vieram para mexer com as certezas, provocando desde reações despropositais contra as medidas, a denúncias de racismo em uma sociedade de profunda mentalidade escravocrata. O que se evidenciou de tais reações foi um desejo de manter a lógica da dualidade, do *eu* e do *outro*, ou o velho ditado popular de cada um no seu lugar. Contudo, ainda que sejam medidas tímidas, as políticas públicas de ações afirmativas, com implantação de cotas nas universidades estão aí, tensionando, há mais de uma década e trazendo novos sujeitos de fala. As vozes que antes eram identificadas pela mídia como de ativistas ou apenas de militantes, com certa conotação de "desclassificados", com as cotas os discursos hão de mudar. Os jovens alunos cotistas passam a ser portadores de falas legitimadas pelas chancelas das universidades públicas, *loci* da produção do discurso.

As cotas representam a emergência da fala conquistada de estudantes negros, em coexistência com as vozes de jovens tradicionalmente educados para ocuparem a *Ágora* da polis em todas as suas dimensões, rompendo com a "naturalidade" das vozes únicas autorizadas. Esse novo sujeito, caminha para conquistar a cidadania de fato, a partir dele próprio, com direitos adquiridos por meio da luta política de afro-brasileiros e aliados. Não se trata mais de concessão, como na Campanha Abolicionista[5], mas de protagonismo de uma nova história com forte potencial de mudanças, logo, sem espaço para retrocesso.

Desde a aprovação da Lei das cotas, a Lei 12.711/2012, o discurso da mídia recuou do ataque a um certo esquecimento. Não que tenha havido avanço na posição conservadora de jornais e tevês hegemônicos, mas por falta de comprovação de seus prognósticos contra as cotas. Pelo contrário, a realidade já mostrou, por meio de

[5] Certamente houve luta, e muito, antes e durante a Campanha Abolicionista, mas os sujeitos concretos não foram contemplados pelo resultado dessa luta, salvo por uma abolição da escravatura oficial, com apenas dois parágrafos. Ou seja, nada mudaria dali em diante, além do constante na lei. Haja vista relatos de maus-tratos após a Lei Áurea. As pessoas que foram escravizadas, exploradas e tornadas mercadorias saíram do estado de escravidão oficial para o estado de invisibilidade, indesejabilidade, na medida em que não faziam parte do projeto de Nação, mas foram esquecidas e invisibilizadas.

pesquisas, que o nível da qualidade de ensino não caiu, as notas de alunos cotistas são iguais ou superiores às notas de alunos não cotistas.

Além disso, desde a publicação da Portaria Normativa nº 13[6] que incentiva a implantação de ações afirmativas nos programas de pós-graduação das universidades e instituições públicas de ensino do país, a expectativa é de se ver cada vez mais os *campi* coloridos e o aumento da formação de intelectuais negros, com reais condições de possibilidades de mudanças no futuro das novas gerações de afrodescendentes. Como podemos perceber, o potencial das ações afirmativas é transformador, embora em termos de políticas públicas sejam ainda uma medida tímida. E por conta do débito do país com a população negra, o *slogan* "nem um direito a menos, nem um passo atrás" se aplica em qualquer situação, mesmo diante da crise instituída no país, política, econômica, social, de representação.

Referências bibliográficas:

FRANTZ, Fanon. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador, EDUFBA, 2008.

FREIRE, José R. Bessa. **Universidade, Ações afirmativas e reação de intelectuais**: depoimento. [22 de maio, 2015]. Rio de Janeiro. Entrevista concedida a Zilda Martins.

HEERTJE, Arnold. Cidadania. In: OUTHWAITE, William & BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento social do século XX.** Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 1996.

LOWY, Michael. Da tragédia à farsa: o golpe de 2016 no Brasil. In: SINGER, André et al. **Por que gritamos golpe?: para entender o impeachment e a crise política no Brasil**. São Paulo, Boitempo Editorial, 2016.

MARTINS, Zilda. **Cotas raciais: para reatualizar o discurso da imprensa e inverter a abolição da escravatura.** Tese de doutorado em Comunicação apresentada à ECO/UFRJ. Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: http:///C:/Users/ZILDA%20 MARTINS/ Downloads/tese_zbarbosa_2015%20(2).pdf. Acesso em: 10/07/2017.

PAIVA, Raquel. **Universidade, Ações afirmativas e reação de intelectuais**: depoimento. [03 de junho, 2015]. Rio de Janeiro. Entrevista concedida a Zilda Martins.

[6] A Portaria do Ministério da Educação, assinada pelo então ministro Aloizio Mercadante, foi publicada em 11 de maio de 2016 e incentiva, no âmbito da autonomia universitária, a adesão ao sistema de Ações Afirmativas pelos programas de Pós-graduação, nos cursos de Mestrado, Mestrado Profissional e Doutorado. A proposta das políticas públicas contemplam candidatos negros, indígenas e pessoas com deficiência, com o fim de ampliar "a diversidade étnica e cultural em seu corpo discente".

SANTOS, Milton. **As cidadanias mutiladas**. Disponível em: http://www.miltonsantos.com.br/site/wp-content/uploads/2011/12/As-cidadanias-mutiladas_MiltonSantos1996-1997SITE.pdf. Consulta em: 09/07/2017.

SODRÉ, Muniz. **Claros e Escuros**. Rio de Janeiro, Ed. Vozes, 2000.

_____. **Joaquim Barbosa é um lugar**. Observatório da Imprensa. (2014). Disponível em: http://observatoriodaimprensa.com.br/jornal-de-debates/_ed807_joaquim_ barbosa_ e_um_lugar. Acesso em: 25/07/2014.

SANTOS, Joel Rufino dos. **Universidade, Ações afirmativas e reação de intelectuais**: depoimento. [27 de maio, 2015]. Rio de Janeiro. Entrevista concedida a Zilda Martins.

VIVEIROS DE CASTRO, E. **Universidade, Ações afirmativas e reação de intelectuais**: depoimento. [26 de janeiro, 2015]. Rio de Janeiro. Entrevista concedida a Zilda Martins.